

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Contas Econômicas Ambientais da Água como subsídio para Políticas Públicas e no monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Rio de Janeiro, 26 e 27 de novembro de 2014
Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Solar da Imperatriz

RELATÓRIO

Objetivo do evento: intercambiar experiências no desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água, com ênfase nos arranjos institucionais para sua compilação, contribuição no processo de políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos e para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O estado do desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água na região será apresentado, oportunamente identificando desafios comuns e oportunidades para a colaboração.

Organização do evento: o seminário foi organizado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano (SRHU), junto com a Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em estreita colaboração com a Agência Nacional de Água, o IBGE e a CEPAL.

Número de participantes: 40

Instituições presentes: SRHU-MMA, SECEX-MMA, SBF-MMA, SFB-MMA, ANA, IBGE, SPI/MP SPIE, Banco Central, IPEA, INEA, ABRH, UFRJ, GIZ, CEPAL, UNSD, ABS Austrália, INEGI México, CONAGUA México, DANE Colômbia, Ministério do Meio Ambiente Colômbia, Universidade Rafael Landivar de Guatemala.

Primeiro dia: 26 de novembro 2014

I – Abertura do Seminário

Carlos Mussi

Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil

Além de dar as boas vindas, Carlos Mussi comentou que, no atual período, a água é o grande tema mundial e que cuidar desse recurso é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. O uso eficiente e a distribuição (acesso e custo) são aspectos importantes em relação à viabilidade do recurso e à sustentabilidade, sendo importante pensar se a população será atendida e de que forma. O discurso continuou e foi mencionado que na Rio + 20 a ONU chamou a atenção para a necessidade de

estabelecer prioridades de investimento no setor hídrico, e a necessidade de fortalecer os sistemas de estatísticas ambientais, para viabilizar a medição da disponibilidade e estado dos recursos naturais, bem como seu uso dentro das economias dos países. Não se poder levar em consideração o custo de mercado e, também, é necessário usar e conhecer o valor desse recurso, tanto no setor público quanto na iniciativa privada. Na década de 80, na CEPAL, houve um comitê da água, o qual foi abandonado, devido à perspectiva de novas tecnologias. Há necessidade de reativar o comitê, para tratar os temas relacionados com recursos hídricos e mudanças climáticas. O discurso foi finalizado afirmando que a CEPAL preza os diálogos e promove o intercâmbio de experiências entre países, mencionando, também, que o objetivo da CEPAL é apoiar o desenvolvimento de sistemas de informação como as contas de água para informar às políticas públicas.

Leila Rohd-Thomson

Divisão de Estatística das Nações Unidas

Leila Rohd-Thomson mencionou que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a proposta de objetivos e metas do “Open Working Group on Sustainable Development Goals” como a base para integrar os ODS à agenda futura de desenvolvimento. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis propostos pelo “Open Working Group” contêm 169 metas e, como consequência, o monitoramento desses exigirá melhorias significativas da capacidade nos sistemas estatísticos nacionais. A agenda pós 2015 requer que informações ligadas à sustentabilidade sejam intergradadas e, ao mesmo tempo, o enfoque a inclusão social requer que os dados possam ser desagregados. Paralelamente, novas tecnologias mostram uma grande oportunidade de integrar dados de fontes tradicionais com dados de novas fontes, para produzir estatísticas integradas de maior qualidade, mais relevantes e mais oportunas. A “revolução de dados”, como está sendo chamado, representa uma tremenda oportunidade para melhorar os sistemas de informação. A senhora Leila mencionou que é muito importante adotar uma abordagem integrada para que as estatísticas combinem a informação econômica com a ambiental. O sistema de contas ambientais e econômicas oferece o marco para poder alcançar essa integração.

Wadih Scandar Neto

Diretor de Geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O IBGE está trabalhando, desde 2006, com contabilidade ambiental. O Sistema de Contas Ambientais e Econômicas das Nações Unidas integra informação física com os dados econômicos e as contas de água fazem parte desse sistema. Desse modo, é preciso que se faça um levantamento sobre a disponibilidade e uso de água, das demandas e da distribuição desta dentro da economia, para preencher as tabelas de contas. Isto porque, os indicadores, sem dúvida, são valiosos, mas não oferecem uma imagem ampla para fins de análise, como fazem as contas. As contas permitem uma visão geral da interação do meio ambiente e da economia no uso desse recurso, que é muito valioso para as políticas públicas e a tomada de decisões. Mencionou-se a

dualidade de estoques e fluxos, onde estoque é quantidade de água na natureza (cuja apropriação se dá pelos diferentes agentes econômicos) e fluxos é a distribuição desse recurso entre as unidades econômicas no período de 1 ano. A mensuração da qualidade da água é um passo que deverá ser dado após a consolidação das contas, e a Agência Nacional de Águas (ANA), a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representam o núcleo central de produção e de demanda da informação ligada às contas da água no Brasil, embora isso não signifique que outros atores não possam ser incorporados (como Agricultura, Minas e Energia etc.). Ao tentar fazer as contas, pode-se detectar a falta dos dados e percebe-se todo o trabalho necessário para levantar a informação. Finalizou afirmando que, nesse momento, os dados físicos estão mais estruturados para a conta de água e que, em relação aos dados econômicos, a equipe de contas nacionais do IBGE está fazendo mudança de ano-base e se adequando ao novo SCN 2008.

Marco Neves

Assessor do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Água

Marco Neves mencionou a iniciativa do IBGE de começar as contas ambientais econômicas pela água e que é interessante o fato de o Brasil já as ter começado na maior parte do seu território, já que é um país com abundância de água. Mas a verdade é que no Brasil existem três países hídricos: o Brasil amazônico, o semiárido e o do Sul e sudeste, com características hídricas muito diferentes. Os indicadores de sul-sudoeste são similares aos europeus (onde o comércio internacional vê como abundância em recursos hídricos e considera como este o padrão para todo o país); e o do sertão nordestino, que é extremamente árido. Neves disse que as metas do objetivo 6 dos ODS, relacionado com a água, estão entremeadas com as de saneamento, eficiência de uso de água e proteção de recursos hídricos. Disse também, que as contas econômicas ambientais da água podem contribuir para novos indicadores.

Ney Maranhão

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), do Ministério do Meio Ambiente

Ney Maranhão disse que o seminário está concebido dentro do contexto mais amplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que as contas econômicas ambientais da água podem fornecer informações para ajudar em discussões de políticas públicas para atingir metas de sustentabilidade. A flexibilidade (linguagem comum e, ao mesmo tempo, espaço para adaptação à realidade de cada país) e a incrementação progressiva fazem parte do projeto das contas da água, de longo prazo. No Brasil, o início do projeto das contas ambientais se deu em 2012. O IBGE é um aliado muito importante, porque tem como característica compilar informações e dar credibilidade a elas. A ANA também tem uma longa trajetória na geração de informações sobre água e possui estatísticas da água com uma série histórica de 2000 a 2014 Segundo ele, é

muito importante contar com dados confiáveis de diferentes níveis (local, regional e nacional) e de diferentes lugares, como cidades e estuários, que pode ser usada para elaborar indicadores úteis para a tomada de decisões.

II - Momento informativo: os objetivos de desenvolvimento sustentável e as contas ambientais da água. Coordenação: SRHU/MMA

Palestras¹:

As Contas Econômicas Ambientais da Água e sua contribuição para o monitoramento de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável dedicado aos recursos hídricos

Divisão de Estatística das Nações Unidas – Leila Rohd-Thomsen

Durante esta sessão informativa, a representante da UNSD fez uma apresentação do contexto da política internacional relacionado ao desenvolvimento sustentável. A conferência da Rio +20, em 2012, chamou à formulação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, ao mesmo tempo, reconheceu a necessidade de adotar medidas mais amplas de progresso para complementar o PIB e melhor informar as decisões políticas. A comunidade internacional também reconheceu a necessidade de basear as políticas de desenvolvimento sustentável em evidências para melhor compreensão das interações e trocas entre os diferentes domínios da sustentabilidade. Isso implica desenvolver um sistema de informação que consiga integrar os principais aspectos do desenvolvimento sustentável e suas interconexões.

Em resposta a uma necessidade identificada de colocar o meio ambiente num sistema de informações a par do sistema utilizado para medir a economia (Sistema de Contas Nacionais), a Comissão de Estatística das Nações Unidas adotou como padrão estatístico internacional, em 2012, o Sistema de Contas Ambientais e Econômicas - Quadro Central (SCAE 2012). Além do manual do SCAE, o Quadro Central contém um módulo específico para fazer contas de água. No SCAE, a água integra dados físicos e monetários que descrevem o ciclo da água de um país e sua interação com a economia e o impacto da economia sobre os recursos hídricos. É uma plataforma robusta sobre a qual se pode construir uma variedade de indicadores, incluindo os de desenvolvimento sustentável. O sistema combina a informação ambiental, econômica e social. Além de fornecer uma plataforma para organizar as informações de forma coerente e consistente, permite gerar uma linguagem comum nacional e internacionalmente para medir as interações entre o ambiente e a economia.

¹ Disponíveis no seguinte link: [contas de água](#)

Panorama, perspectivas e desafios para a implementação das Contas Econômicas Ambientais da Água

Consultor internacional Ricardo Martinez-Lagunes

Ricardo Martinez-Lagunes compartilhou com o público a problemática da água e as políticas destinadas à solução destes problemas. Apresentou os principais conceitos relativos às contas de água, uma visão geral da aplicação das contas no mundo e os desafios comuns enfrentados pelos países. Os problemas relacionados com a água podem ser organizados em quatro categorias principais: população sem acesso à água e saneamento; escassez regional ou local da água; poluição e degradação dos ecossistemas aquáticos; e perdas humanas e materiais, devido às secas e inundações. Para resolver esses problemas, foram desenvolvidas políticas que visam: melhorar os serviços de água e saneamento; gerenciar a demanda e oferta de água; mitigar a degradação dos recursos hídricos e melhorar a sua qualidade; e adaptar-se a eventos climáticos extremos. Em todo o mundo mais de 50 países estão fazendo ou já manifestaram interesse em elaborar contas de água, enquanto há várias iniciativas internacionais, promovidas pelo Banco Mundial, Nações Unidas, Comissão Europeia e países doadores (Noruega, Alemanha) que apoiam a implementação de contas de água. Na América Latina, Colômbia e México compilam e publicam regularmente as contas ambientais. A Colômbia também é um país piloto da iniciativa WAVES do Banco Mundial, e esta elaborando contas de água. Outros países que trabalham em contas de água são o Brasil, a Costa Rica e a Guatemala.

A compilação de contas de água requer cooperação interorganizacional e multidisciplinar. Quatro elementos são essenciais para a implementação de contas de água: a vontade de cooperar, em primeiro lugar; a construção de uma linguagem comum; o uso de soluções tecnológicas para facilitar a elaboração de contas; e a eventual institucionalização das contas. Desafios importantes incluem os aspectos organizacionais e disponibilidade de dados, como manter os processos interorganizacionais vivos e como avançar na elaboração das contas quando há pouca informação disponível.

III – Experiências dos países no desenvolvimento e utilização das contas econômicas ambientais da água

Austrália, Brasil, Colômbia, Guatemala e México compartilharam suas interessantes experiências de elaboração de contas de água, os acordos e arranjos interorganizacionais que foram estabelecidos para compilar as contas e como os países têm usado as informações geradas por elas. Nos últimos oito anos, muitos países têm avançado na matéria, embora ainda persistam desafios comuns, tais como a falta de dados, as dificuldades para coleta de dados, a falta de coordenação e comunicação entre os órgãos institucionais, falta de sensibilização e capacitação técnica para lidar com a temática e pouca utilização de contas para fins de política e de gestão. As palestras dos países estão disponíveis no seguinte link: [contas da água](#)

No caso Brasileiro, um dos desafios enfrentados, de forma particular em relação às contas ambientais e econômicas da água, é a harmonização de linguagem. O Sistema de Contas Ambientais e Econômicas das Nações Unidas oferece uma linguagem comum que pode ajudar os economistas, estatísticos e engenheiros a começar a se comunicar e se entender. Os grandes desafios hídricos no Brasil são: a poluição, que afeta a qualidade da água nos rios e lagos no Sudeste, o déficit hídrico no Sul e Nordeste (caatinga), a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e a expansão da geração de energia hidrelétrica no Norte. Há, assim, em sua concepção, 3 Brasis, do ponto de vista hidrológico. Os extremos relacionados à água, ou seja, a seca e as inundações, são problemas que têm se acentuado ultimamente. O leste do país tem baixa disponibilidade hídrica e alta concentração de população; já o oeste do país tem alta disponibilidade hídrica e baixa concentração de população. Assim, outro desafio seria o uso racional da água e, nesse sentido, as contas econômicas ambientais da água são uma ferramenta para explicitar mais racionalmente o valor da água.

IV – Diálogos sobre as experiências dos países

As apresentações dos países foram seguidas de um debate com os participantes do seminário. Alguns dos tópicos discutidos incluem:

Durante a discussão, questionou-se qual é o objetivo de mostrar o desacoplamento da água dos processos econômicos em países onde a água é abundante, como é o caso do Brasil. A resposta foi que o tema água é local e que, embora o país possa ter uma grande quantidade de água a nível nacional, existem problemas de escassez a nível regional, como é o caso do nordeste do Brasil, costa do Peru, norte do Chile, etc. A escassez de água em São Paulo, por exemplo, foi surpresa para todos. Além do componente espacial da água, também há o desafio da temporalidade, com longos períodos de seca ou de chuva, o que se transforma em um problema de armazenamento e gestão de água. Além disso, a aparente abundância de água pode ser um engano, porque muitas vezes ela é poluída e inadequada para determinados usos.

Os países falaram sobre a forma de utilização das contas de água e comentaram que é muito importante promover maior uso desta informação para fins de políticas. No caso da Guatemala, as contas de floresta foram usadas para promover importantes mudanças na política florestal do país, com a elaboração de estratégias nacionais, a fim de controlar a extração ilegal de madeira para a produção e utilização de lenha.

No caso da Austrália, as contas têm sido usadas para analisar o impacto no incremento de preços de água de irrigação sobre o uso da água, a entrada-saída, para avaliar o impacto do crescimento populacional sobre a economia e os preços da água, e para avaliar o uso da água na indústria. Além disso, as contas de água feitas pela ABS têm ajudado a melhorar a informação das contas nacionais e a qualidade das estatísticas básicas sobre a água. O esforço para preencher as tabelas de contas ambientais

ajudou a identificar a falta de informação que resultou no desenvolvimento de pesquisas específicas sobre o uso de água.

O desenvolvimento de sistemas de informação, tais como contas de água, é um processo de médio e longo prazo, mas, como mencionou a Austrália, na medida em que as contas são compiladas e publicadas com mais frequência, o trabalho se torna visível dentro do governo e aumenta sua utilização e prestígio.

Durante o debate, questionou-se o número de pessoas dedicadas à compilação de contas de água nos diferentes países. No caso australiano, existe uma equipe de 16 pessoas dedicadas à compilação de contas ambientais em geral; para contas de água, exclusivamente, há uma equipe de 4 pessoas. Na Colômbia, duas pessoas do DANE trabalham diretamente com o tema e, no Brasil, o IBGE tem quatro pessoas dedicadas parcialmente ao tema e a ANA também tem duas pessoas que trabalham tempo parcial sobre o tema. No INEGI, do México, duas pessoas trabalham com contas de água; no CONAGUA, apenas uma pessoa se dedica ao tema. Na Guatemala, o processo inicial da construção do sistema de contas ambientais necessitou do apoio de uma equipe de 12 pessoas. Atualmente, a universidade tem duas pessoas dedicadas ao tema, sendo que mais 4 irão se incorporar, no contexto do projeto WAVES.

Segundo dia: 27 de novembro de 2014

V – Indicadores de desenvolvimento sustentável – Recursos hídricos

Palestras

Indicadores de desenvolvimento sustentável como subsídio ao desenvolvimento de políticas públicas

Gerente de Projeto da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE – Denise Kronemberger

A partir da conferência da Rio 92, a comunidade internacional começou a desenvolver indicadores para medir o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. No Brasil, o IBGE liderou o desenvolvimento de IDS, publicando a primeira edição em 2002, com um conjunto de 50 indicadores. A segunda edição foi em 2004, seguida por publicações em 2008, 2010 e 2012.

Denise Kronemberger explicou a metodologia utilizada pelo IBGE para construir e selecionar os indicadores. Como guia metodológico e marco ordenador, utiliza-se o livro azul das Nações Unidas, que inclui um conjunto de 57 indicadores; no caso do Brasil, consideram-se indicadores adicionais relevantes para o país, as queimadas e os incêndios florestais, bem como doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Todos os indicadores têm fichas técnicas e se comunicam usando gráficos, quadros ou mapas. A Dra. Denise também discorreu sobre a relação do marco dos IDS com outros modelos de indicadores, como do ILAC, FDES, ODS, etc.

Indicadores derivados das Contas Econômicas Ambientais da Água como subsídio ao desenvolvimento de políticas públicas e monitoramento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Consultor internacional Ricardo Martinez-Lagunes

Ricardo Martinez-Lagunes expôs os antecedentes da elaboração da proposta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por parte do Open Working Group das Nações Unidas. O objetivo 6 “assegurar disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos” trata o tema da água especificamente com 8 metas a serem alcançadas antes de 2030: acesso universal à água potável; acesso universal a saneamento e higiene; redução pela metade da água sem tratamento; utilização da água de forma eficiente; colocação em prática da gestão integral dos recursos hídricos; proteção e restauração dos ecossistemas aquáticos; ampliação da cooperação e capacitação e apoio internacional em matéria de gestão sustentável de água; e apoio e fortalecimento da participação das comunidades locais na melhoria da água e saneamento. Os outros objetivos também têm pontos relacionados com a água, como o Obj. 1.4, sobre acesso a serviços básicos e Obj. 1.5: redução da vulnerabilidade a eventos extremos, etc.

O exemplo de Sugarland foi compartilhado para demonstrar como as contas podem ser usadas para fazer simulações de cenários futuros. No caso de Sugarland, em particular, mostrou-se que um maior investimento em eficiência do uso da água tornaria o aquífero mais sustentável. A vantagem do sistema de contas é que ele permite gerar informação sobre possíveis futuros cenários, os quais são muito úteis para tomar decisões e planejar.

Também foi apresentada uma sequência de contas econômicas da Colômbia e se demonstrou como seus indicadores podem ser construídos.

VI – Diálogos sobre indicadores de desenvolvimento sustentável – recursos hídricos

As apresentações foram seguidas de um debate com os participantes do seminário. As principais conclusões e recomendações incluem:

O Brasil ainda não tem institucionalizada a compilação de contas de água. Para poder fazer todo o sistema é necessário contar com as 400 variáveis, de acordo com as “recomendações internacionais para as estatísticas de água” das Nações Unidas. Essa é uma tarefa difícil, porque os dados estão espalhados, não existem ou são difíceis de obter. No caso da publicação “Conjuntura dos Recursos Hídricos da ANA”, foram coletados dados de 50 a 55 instituições e foi difícil incluí-las no processo de resposta periódicas.

É importante priorizar e levantar os principais dados que permitem começar a calcular, de maneira regular, algumas das tabelas prioritárias para o caso Brasileiro. Ao mesmo tempo é importante gerar uma permanência em termos de coleta e consistência dos dados sobre disponibilidade e uso de água. Para que isto ocorra com uma periodicidade regular, no levantamento de dados é importante ter um núcleo específico que trabalhe continuamente no tema.

Uma sugestão foi começar a fazer exercícios com a informação já disponível, passo simples que pode ajudar a promover a institucionalização. Outra, foi alocar mais pessoas para a compilação de contas de água e criar um núcleo de pessoas para que esta atividade se torne uma rotina. Até o momento, poucas pessoas estão envolvidas e só dedicam parte do seu tempo a essa matéria. Para estabelecer o sistema no Brasil, é necessário um investimento maior em termos de pessoal e tempo.

Participantes do setor acadêmico sugeriram incluir organizações adicionais, como órgãos estaduais de meio ambiente, municípios, universidades, etc. na definição dos indicadores e na coleta dos dados. Adicionalmente, foi recomendado criar mecanismos para discutir a metodologia e os resultados das contas de água com um público mais amplo, fazendo um tipo de revisão por pares.

Finalmente, foi recomendado levar aos estados esta discussão sobre estatísticas e contas de água e que a ANA aproveitasse o momento para padronizar as informações e ajudar os estados a fazerem o mesmo para facilitar o levantamento regular da informação.

Na mesa de encerramento, a CEPAL fez a relatoria do dia de seminário; os representantes da ANA, SRHU e IBGE fizeram os agradecimentos ao Ministério do Meio Ambiente e à CEPAL pela organização do evento, e aos participantes de diferentes órgãos e pela possibilidade de diálogos, agradecendo, também, aos palestrantes. Informou que há por volta de 40 pessoas envolvidas nas contas econômicas ambientais da água no Brasil e que a consolidação de um grupo de interesse no assunto é um possível benefício para muitas áreas do país. Em relação ao futuro, foi anunciada para breve a tradução do SEEA-Water para o português, o que é de suma importância para o Brasil e para países da África, já que permite que outras instituições e o próprio IBGE possam contribuir para as contas econômicas ambientais da água. Como conclusão, destacou-se que o Seminário foi uma boa oportunidade de fortalecimento e trabalho contínuo no âmbito das contas ambientais da água no Brasil.

ANNEXO I



Ministério do
Meio Ambiente



Lista de Presença

Seminário “Desenvolvimento Sustentável Ambiental Contas Econômicas da água como um recurso para o acompanhamento público das políticas e metas baseadas em evidências”

Jardim Botânico, Solar da Imperatriz, Rio de Janeiro, 26-27 de Novembro de 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E- MAIL
Alexandra Patricia Barreto Piña	Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Colômbia)	(57-1) 5978343 ext.2257	apbarretop@dane.gov.co
Carlos Mussi	CEPAL-Brasil	(5561)3321-7540	carlos.mussi@cepal.org
Cesar Cabrera Cedillo	Instituto Nacional de Estadística y Geografía (México)	52781000 ext.1537	cesar.cabrera@inegi.org.mx
Dorian Munoz Rodas	Ministerio de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible (Colômbia)	(57-1)3323400 ext.1263 (57) 3102287148	dmunoz@minambiente.gov.co
Eduardo Antonio Acosta Lara	Comisión Nacional del Agua - CONAGUA (México)	51744000 ext.1756	Eduardo.acosta@conagua.gob.mx
NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E- MAIL
Jaime Carrera Campos	Universidad Rafael Landivar (Guatemala)	(502) 2426-2559 (502) 42331555	Jaime.luis.carrera@gmail.com jlarrera@url.edu.gt
Karen Lee Connaughton	Australian Bureau of Statistic (Austrália)	(061) 26252337	Kare.connaughton@abs.gov.au
Kristina Tampoulchanas	CE CEPAL - Brasil	(5561) 3321-3232	Kristina.taboulchanas@cepal.org

Leila Rohd-Thomsen	United Nations Statistic Division (DESA) UNSD (Estados Unidos)	(+1-212)963-6985	Rohd-thomsen@un.org
Ricardo Martinez-Lagunes	BID – Banco Mundial (México)		rimarlag@gmail.com
Lenice Bezerra	CEPAL - Brasil	(5561) 3315-5474	Lenice.bezerra@cepal.org
Ney Maranhão	MMA	(61)2028-2138	ney.maranhao@mma.gov.br
Tarcisio Nunes	MMA	(61) 2028-2847	Tarcisio.nunes@mma.gov.br
Geraldo Góes	MMA	(61) 2028- 2625	geraldo.goes@mma.gov.br
Rui Manoel de Azevedo Gonçalves	M MMA	61 - 2028-1197	rui.goncalves@mma.gov.br
Paulo Rogério	MMA	2028-1077	paulo.goncalves@mma.gov.br
Alex Sandro da Rosa Cunha	MMA	2028-1197	alex.cunha@mma.gov.br
Julia Hora	MMA	2028-1986	julia.hora@mma.gov.br
Raquel Breda	MMA	(61)2028-1372	raquel.breda@mma.gov.br
NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E- MAIL
Gustavo de Oliveira e Silva	MMA	(61)2028-1395	gustavo.silva@mma.gov.br
André Vitor Fleuri Jardim	MMA	2028-2330	ANDRE.JARDIM@MMA.GOV.BR
Gaetan Dubois	ANNA	2109-5614	Gaetan.dubois@ana.gov.br
Marco J.M. Neves	ANA	2109-5580	marco.neves@ana.gov.br
Michel Vieira Lapip	IBGE	(21) 2142-0424	michel.lapip@ibge.gov.br
Márcia França Ribeiro	IBGE	(21) 2142-0413	marcia.ribeiro@ibge.gov.br

Fernandes dos Santos			
Denise Kronemberger	IBGE	(21) 2142-4583	denise.kronemberger@ibge.gov.br
José Antônio Sena do Nascimento	IBGE		jose.sena@ibge.gov.br
Sandra de Carlo	SAE	3411-4697	sandra.decarlo@presidencia.gov.br
André Luiz Campos de Andrade	SFB	2028-7285	andre.andrade@florestal.gov.br
Elisa Monteiro Malafaia	MP	2020-4790	elisa.malafaia@planejamento.gov.br
Marcus Eugênio Gonçalves Rocha	MI	2034-4282	marcus.rocha@integracao.gov.br
Alfredo de Oliveira	Banco Central	(11) 3491-6723	alfredo.lingoist@bcb.gov.br
Lívia Maria de Souza Magalhães	CEPAL		
Antenor Lopes	IPEA	33155034/92427349	antenor.lopes@ipea.gov.br
Moema Versiani Acselrad	INEA		moemava@gmail.com
Martha Regina Von Borstel Sugai	ABRH	(41) 9644-9333	marthabsugai@yahoo.com.br
Flavio Lyra	UFRJ	(21) 98118-7854	flavio.jose.lyra@gmail.com
Thelma	UEFS	(71) 9102-7565	telmateixeira@gmail.com
Wadih			
Tomas Luhetvin	GIZ		

Luciana Alves	GIZ		
Zeila Piatto	FIESP		